

Ivânia Campigotto Aquino
Luciana Maria Crestani
Luís Francisco Fianco Dias
Marlete Sandra Diedrich
(Organizadores)

língua, literatura,
cultura e identidade
entrelaçando conceitos

2016



Copyright© dos autores

Sirlete Regina da Silva

Rubia Bedin Rizzi

Projeto gráfico, diagramação e
criação da capa

Este livro, no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito do(s) autor(es). A exatidão das informações e dos conceitos e as opiniões emitidas, as imagens, as tabelas, os quadros e as figuras são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

L755 Língua, literatura, cultura e identidade [recurso eletrônico]:
entrelaçando conceitos / organizadores Ivânia Campigotto
Aquino, Luciana Maria Crestani, Luís Francisco Fianco
Dias, Marlete Sandra Diedrich. – Passo Fundo: Ed.
Universidade de Passo Fundo, 2016.
4.342 Kb ; PDF.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso gratuito: <www.upf.br/editora>.

ISBN 978-85-7515-989-7 (E-book)

1. Linguagem e línguas. 2. Cultura. 3. Identidade.
4. Literatura. I. Aquino, Ivânia Campigotto, coord. II. Crestani,
Luciana Maria, coord. III. Dias, Luís Francisco Fianco, coord.
IV. Diedrich, Marlete Sandra, coord.

CDU: 801

Biblioteca responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

UPF EDITORA

Campus I, BR 285 - Km 292,7 - Bairro São José

Fone/Fax: (54) 3316-8374

CEP 99052-900 - Passo Fundo - RS - Brasil

Home-page: www.upf.br/editora

E-mail: editora@upf.br

UPF Editora afiliada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação	6
Língua de sinais e cultura surda: qual seu lugar na escola?.....	9
<i>Tatiana Bolivar Lebedeff</i>	
Discurso: lugar de constituição da memória e da identidade?	25
<i>Carmem Luci da Costa Silva</i>	
<i>Kalevala</i> : leitura e intervenção interdisciplinar em tempos de <i>Homo Zappiens</i>	44
<i>Marcos Lampert Varnieri</i>	
<i>Regina da Costa da Silveira</i>	
As formas de subjetividade e o dispositivo da aids no Brasil contemporâneo: disciplinas, biopolítica e <i>phármakon</i>	59
<i>Atilio Butturi Junior</i>	
Imigrantes em <i>O tempo e o vento</i> : a visão de Erico Verissimo sobre a participação da etnia alemã na formação do Rio Grande do Sul.....	79
<i>Ivânia Campigotto Aquino</i>	
<i>Luís Francisco Fianco Dias</i>	
A vivência do semantismo social na experiência de aquisição da linguagem	97
<i>Luciana Maria Crestani</i>	
<i>Marlete Sandra Diedrich</i>	
Os autores.....	111

Discurso: lugar de constituição da memória e da identidade?

*Carmem Luci da Costa Silva**

Introdução: interrogar para suscitar resposta

Este texto é originário da reflexão proposta para a mesa *Discurso, memória e identidade do 6º Seminário Nacional de Língua e Literatura – Teoria e ensino: cultura e identidade* –, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. A reorganização das formas com a mudança da asserção para a interrogação no título – *Discurso: lugar de constituição da memória e da identidade?*– impulsionou esta escrita como busca de respostas ao questionamento formulado. De fato, *memória e identidade* foram elementos interrogantes nesse agenciamento sintagmático ligado a discurso, concebido neste texto a partir da perspectiva de linguagem de Émile Benveniste, lugar onde situo as pesquisas que desenvolvo. Por isso, quando aceitei o convite para a mesa e para escrever um capítulo deste livro, também aceitei desafios, pois, como pesquisadora dos campos de enunciação, de texto, de aquisição e de ensino de língua materna, abordo o tema proposto de modo bastante embrionário e como produto de muitos deslocamentos.

A abordagem de linguagem de Émile Benveniste, base teórica deste capítulo, pode ser concebida, conforme leituras atuais, como uma Antropologia da Enunciação (Flores, 2013). Inspirada na leitura de um conto de Mia Couto, *A menina sem palavras*, procuro refletir

* E-mail: clcostasilva@hotmail.com

sobre a nossa condição de falante em uma língua materna, lugar onde produzimos *discursos* e, por meio deles, podemos constituir *memória* e *identidade*.

Um conto para entrelaçar os pontos *discurso*, *memória* e *identidade*

Como os termos discurso, memória e identidade se relacionam e se implicam? A resposta a essa questão inicia com a leitura do conto *A menina sem palavra*, de Mia Couto, que me inspirou a responder ao questionamento formulado. Por isso, apresento o conto, com pequenos cortes, a partir do qual promovo uma discussão sobre a temática da mesa e deste capítulo.

A menina não palavreava. Nenhuma vogal lhe saía, seus lábios se ocupavam só em sons que não somavam dois nem quatro. Era uma língua só dela, um dialecto pessoal e intransmível? Por muito que se aplicassem, os pais não conseguiam percepção da menina. Quando lembrava as palavras ela esquecia o pensamento. Quando construía o raciocínio perdia o idioma. Não é que fosse muda. Falava em língua que nem há nesta atual humanidade. Havia quem pensasse que ela cantasse. Que se diga, sua voz era bela de encantar. Mesmo sem entender nada as pessoas ficavam presas na entonação. E era tão tocante que havia sempre quem chorasse.

Seu pai muito lhe dedicava afeição e aflição. Uma noite lhe apertou as mãozinhas e implorou, certo que falava sozinho:

Fala comigo, filha!

Os olhos dele deslizaram. A menina beijou a lágrima. Gostoseou aquela água salgada e disse:

Mar...

O pai espantou-se de boca e orelha. Ela falara? Deu um pulo e sacudiu os ombros da filha. Vês, tu falas, ela fala, ela fala! Gritava para que se ouvisse. Disse mar, ela disse mar, repetia o pai pelos aposentos. Acorreram os familiares e se debruçaram sobre ela. Mas nenhum som entendível se anunciou.

O pai não se conformou. Pensou e repensou e elaborou um plano. Levou a filha para onde havia mar e mar depois do mar. Se havia sido a única-palavra que ela articulara em toda a sua vida seria, então, no mar que se descortinaria a razão da inabilidade.

A menina chegou àquela azulação e seu peito se definiu. Sentou-se na areia, joelhos interferindo na paisagem. E lágrimas interferindo nos joelhos. O mundo que ela pretendia infinito era, afinal, pequeno? Ali ficou

simulando pedra, sem som nem tom. O pai pedia que ela voltasse, era preciso regressarem, o mar subia em ameaça:

Venha, minha filha!

Mas a miúda estava tão imóvel que nem se dizia parada. Parecia a águia que nem sobe nem desce: simplesmente, se perde do chão. (...) O pai admirava, feito tonto: por que razão minha filha me faz recordar a águia?

Vamos, filha! Caso senão as ondas nos vão engolir.

(...)

Desistido e cansado, se sentou ao lado dela. Quem sabe cala, quem não sabe fica calado? O mar enchia a noite de silêncios, as ondas pareciam já se enrolar no peito assustado do homem. Foi quando lhe ocorreu: sua filha só podia ser salva por uma história! E logo ali lhe inventou uma, assim:

Era uma vez uma menina que pediu ao pai que fosse apanhar a lua para ela. O pai meteu-se num barco e remou para longe. Quando chegou à dobra do horizonte pôs-se em bicos de sonhos para alcançar as alturas. Segurou o astro com as duas mãos, com mil cuidados. O planeta era leve como uma baloa.

Quando ele puxou para arrancar aquele fruto do céu se escutou um rebentamundo. A lua se cintilhou em mil estrelinhações. O mar se encrispou, o barco se afundou, engolido num abismo. A praia se cobriu de prata, flocos de luar cobriram o areal. A menina se pôs a andar ao contrário de todas as direções, para lá e para além, recolhendo os pedaços lunares. Olhou o horizonte e chamou:

Pai!

Então, se abriu uma fenda funda, a ferida de nascença da própria terra. Dos lábios dessa cicatriz se derramava sangue. A água sangrava? O sangue se aguava? E foi assim. Essa foi uma vez.

Chegado a este ponto, o pai perdeu a voz e se calou. A história tinha perdido fio e meada dentro da sua cabeça. Ou seria o frio da água já cobrindo os pés dele, as pernas de sua filha? E ele, em desespero:

Agora, é que nunca.

A menina, nesse repente, se ergueu e avançou por dentro das ondas. O pai a seguiu, temeroso. Viu a filha apontar o mar. Então ele vislumbrou, em toda extensão do oceano, uma fenda profunda. O pai se espantou com aquela inesperada fratura, espelho fantástico da história que ele acabara de inventar. Um medo fundo lhe estranhou as entranhas. Seria naquele abismo que eles ambos se escoariam?

Filha, venha para trás. Se atrase, filha, por favor...

Ao invés de recuar a menina se adentrou mais no mar. Depois, parou e passou a mão pela água. A ferida líquida se fechou, instantânea. E o mar se refez, um. A menina voltou atrás, pegou na mão do pai e o conduziu de rumo a casa. No cimo, a lua se recompunha.

Viu, pai? Eu acabei a sua história.

E os dois, iluminados, se extinguíram no quarto de onde nunca haviam saído. (Couto, 2014, p. 90-94).

Com o que nos presenteia Mia Couto nessa bela narrativa sobre a menina sem palavras? Por que a família se preocupa com o fato de a menina não palavrear? “Tinha uma língua só dela, um dialecto pessoal e intransmissível”. As falas, no conto, evocam uma preocupação dos familiares com o fato de a menina apresentar uma língua não compartilhada, uma língua não reconhecida e uma língua que não mudava: “Falava em língua que nem há nesta atual humanidade”, diz o narrador. E complementa: Era “som não entendível”.

Herança, transmissão e relação interlocutiva. Eis os elementos necessários para a constituição do discurso, lugar onde cada indivíduo se situa na linguagem com outros. A nossa identificação como falantes de uma língua é o que permite a produção de uma história (memória) nessa língua. Ora, para palavrear para e com outros – ou para produzir discursos-, é condição partilharmos uma determinada língua para fundarmos nossa história nessa língua. Na e pela língua produzimos uma espécie de memória coletiva, que nos identifica com determinada sociedade e sua cultura. Além dessa identidade social, há algo de único que nos identifica e nos individualiza: a voz. “A menina tinha uma voz bela de encantar. Mesmo sem entender nada as pessoas ficavam presas na entonação. E era tão tocante que havia sempre quem chorasse.” A menina marcava-se na singularidade de sua voz, mas faltava o laço social que permitisse a comunicação intersubjetiva para “falar de” e ser compreendida pelo “outro” em sua produção de referência. A menina se fundamentava na linguagem em sua individualidade, mas faltava marcar sua identidade a partir de uma língua socializada. O discurso põe em cena a dupla natureza da língua: de ser imanente ao indivíduo e, ao mesmo tempo, transcendente à sociedade. Essa dupla natureza da língua se funda quando atualizada em discurso, noção de que trataremos na próxima seção.

A polaridade das pessoas e a referência no discurso: enunciar para significar e significar-se

O discurso insere-se no mundo por meio da língua em emprego, ou seja, por meio de um ato de enunciação. Na base dessa atualização da língua em discurso, que marca a nossa vivência na linguagem, está o fato de que o homem, ao tornar a língua própria para se enunciar, constitui-se como tal em uma relação constante com o outro via discurso. Nesse ato, o locutor faz a passagem para sujeito; e a língua, para discurso. Em *O Aparelho formal da enunciação*, Benveniste argumenta: “Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor (...) e que suscita uma outra enunciação de retorno.” (1974/1989, p. 83-84).

De fato, quando a menina enuncia a palavra “mar”, é reconhecida como falante pelo outro, por seu pai: “Vês, tu falas, ela fala, ela fala! Gritava o pai para que se ouvisse.” É o outro constituindo a criança em sua fala: *Tu falas*. A palavra “mar” situou a menina como sujeito no discurso, permitindo ao pai, enquanto “tu”, inverter-se para ocupar a posição de “eu” e implantar a menina como “tu” (*Tu falas*). É importante destacar, ainda, o fato de que a menina passa a ser referência no discurso do pai, quando diz *Ela fala*, endereçando-se para outros interlocutores, a quem gritava. Constroem-se aqui referências para a menina em um movimento que registra a sua *passagem* de quem não fala para quem fala. É uma referência que se sustenta nos discursos... É uma história que produz memória sobre essa menina em sua relação com a língua. É a condição de intersubjetividade que possibilita ao humano se fundar na dupla natureza da língua: social e individual. Penso que essa dupla natureza da linguagem possibilita a trindade *discurso, memória e identidade*. É essa trindade, evocação do termo de Dufour (2000), que passo a fundamentar aqui a partir da sugestão de Flores (2013) de se pensar uma *Antropologia da enunciação* na

perspectiva de linguagem de Émile Benveniste, porque centrada na condição do homem que enuncia. A concepção de linguagem do lingüista pode ser depreendida de uma célebre passagem do *Problemas de Linguística Geral I*:

[...] é dentro da, e pela, língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente. O homem sentiu sempre – e os poetas freqüentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu. É por isso que tantas mitologias, tendo de explicar que no início dos tempos alguma coisa pôde nascer do nada, propuseram como princípio criador do mundo essa essência imaterial e soberana, a Palavra. Não existe realmente poder mais alto, e todos os poderes do homem, sem exceção, pensemos bem nisso, decorrem desse. A sociedade não é possível a não ser pela língua e, pela língua, também o indivíduo. O despertar da consciência na criança coincide sempre com a aprendizagem da linguagem, que a introduz pouco a pouco como indivíduo na sociedade. (Benveniste, 1966/1995, p. 27)

Nessa passagem, Benveniste defende o papel criador da linguagem, atualizada em palavra. É o que atesta o conto: bastou a menina sem palavra produzir “mar” para ter outra identidade na família: a de quem fala. A emissão da palavra promove a instauração de uma realidade imaginária no pai, que supõe estar no mar a razão da inabilidade para palavrear. Por isso, conduz a filha até esse espaço. Insatisfeito com o resultado de ter ido até o mar e a criança continuar sem palavrear, ocorreu-lhe contar uma história: “sua filha só podia ser salva por uma história! E logo ali lhe inventou uma.” É o poder fundador da linguagem, que faz ver o que não existe:

Quando ele puxou para arrancar aquele fruto do céu se escutou um reben-tamundo. A lua se cintilhou em mil estrelinhações. O mar se encrispou, o barco se afundou, engolido num abismo. A praia se cobriu de prata, flocos de luar cobriram o areal. A menina se pôs a andar ao contrário de todas as direções, para lá e para além, recolhendo os pedaços lunares. Essa foi uma vez. (Couto, 2014, p. 94).

E a história do pai finda, ele perde a voz, e a menina continua a história ao avançar as ondas“- *Viu pai? Eu acabei a sua história.*” “E os dois, iluminados, se extinguiram no quarto de onde nunca haviam saído.” É *na e pela* linguagem que podemos andar por outros mundos sem sair fisicamente do nosso. E a menina vive a experiência do mar sem ter saído do quarto. Eis o poder fundador da linguagem que possibilita o discurso e, por meio dele, também memória e identidade. É nessa linha de pensamento que considero *discurso, memória e identidade* como instâncias enredadas pela linguagem, que lhes é transversal.

A passagem da criança da condição de não falante (não palavrear) à de falante de uma língua –palavrear com sentido reconhecido pelos outros, conforme atesta o narrador do conto de Mia Couto –é uma experiência única e registra uma especificidade humana: a capacidade simbólica. Ora, o valor ilustrativo que pensamos encontrar no conto de Mia Couto é o de que lugares para enunciar são construídos e isso é específico do humano, além de ser condição para que a criança venha a falar.

Façamos, novamente, uma pequena incursão pelo conto. A palavra “mar”, enunciada pela menina, sugere, pela voz do narrador, que ela estabelece uma relação entre as lágrimas salgadas do pai e o mar: “Os olhos dele deslizaram. A menina beijou a lágrima. Gostoseou aquela água salgada e disse: *Mar.*” Já o pai toma a palavra como uma inabilidade advinda da relação da menina com o mar em algum momento de sua história, por isso a necessidade de retorno à realidade vivida com o mar. É evidente que a cena constrói lugares de fala para cada participante. Esses lugares podem ser vistos como lugares de enunciação de um locutor, que se declara como sujeito. Talvez esses lugares de enunciação que nos são concedidos, constituam a nossa identidade. E é somente pelo discurso que podemos resgatar essa história, em diferentes lugares de enunciação que nos foram dados e que concedemos a outros, pois, como pontua Benveniste em *Da subjetividade na linguagem*, capítulo de *Problemas de Linguística*

Geral I (1966/1995), é o exercício da língua que permite o testemunho da identidade do sujeito, que é o que ele dá sobre si mesmo. Esse testemunho se torna possível porque o próprio da linguagem é significar e essa propriedade da linguagem se manifesta no homem em sua capacidade simbólica de atribuir sentido. Por isso, para Benveniste, não é possível separar homem de linguagem, o que o leva a desconstruir a oposição natureza e cultura e a defender que a linguagem está na natureza do homem. Dessons (2006), em uma síntese feliz, afirma que, na proposta benvenistiana, a linguagem é definida no homem e o homem na linguagem. É nessa perspectiva que concebemos o simbolismo como articulador do homem à linguagem, base da significação e condição para cada um se propor como sujeito em seu discurso e implantar o outro diante de si.

Sobre isso, resgatamos a reflexão instigante que Teixeira deixa como legado:

[...] a experiência humana não precede cronologicamente à linguagem; ela é contemporânea à enunciação, produzindo, a cada vez, o homem como sujeito. É, pois, no ato de apropriação da língua pelo locutor que a experiência advém, numa relação indissociável com a (inter)subjetividade. Sob essa ótica, os protagonistas da linguagem (eu-tu) não podem ser considerados processadores automáticos ou computadores biológicos mais ou menos programados para lidar com um código linguístico que lhes é exterior; o uso da linguagem está ligado a uma forma de vida. Parece estar no projeto de Benveniste a expressão da necessidade de desenvolver uma teoria que não só descreva a língua-discurso do ponto de vista de seu funcionamento enunciativo, mas que possibilite produzir conhecimento sobre o homem. (2012, p. 37)

Tratar de *memória* e de *identidade*, ancorando a reflexão nessa teoria de linguagem, requer produzir conhecimento sobre o homem em sua condição de ser falante. O discurso, como atualização da língua, manifesta o sistema de valores de dada cultura inerente a cada instância social e carrega certa herança linguístico-cultural, pois tanto a língua quanto a sociedade nos são dadas. É o que atesta Benveniste:

A linguagem se realiza sempre dentro de uma *língua* particular, de uma estrutura lingüística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular. Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra. Uma e outra são *dadas*. Mas também uma e outra são aprendidas pelo ser humano, que não lhes possui o conhecimento inato. A criança nasce e desenvolve-se na sociedade dos homens. (1966/1995, p. 31)

Ainda que nos sejam dadas, língua e sociedade são apreendidas. Por isso, Benveniste insiste que vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio da cultura e de que não há aparelho de expressão tal que se possa imaginar que um ser humano seja capaz de inventá-lo sozinho. As histórias de línguas inventadas, fora de qualquer aprendizagem humana, são fábulas. De fato, qualquer pessoa pode fabricar uma língua, mas ela não existe, no sentido mais literal, desde que não haja dois indivíduos que possam manejá-la como nativos. É o que revela a preocupação dos familiares, especialmente o pai da menina, com suas emissões: A língua da menina era “pessoal e intransmissível”, falava em “língua que nem há nesta atual humanidade”, “nenhum som entendível se anunciou”, conforme atesta o discurso do narrador. O pressuposto que se deriva dessa reflexão é o de que uma língua é primeiro um consenso coletivo; trata-se, portanto, de uma memória da/na língua, com seus níveis e unidades, que resgatamos a cada enunciação. Por isso, Benveniste argumenta:

A criança nasce em uma comunidade lingüística, ela aprende sua língua, processo que parece instintivo, tão natural quanto o crescimento físico dos seres ou dos vegetais, mas o que ela aprende, na verdade, não é o exercício de uma faculdade “natural”, é o mundo do homem. A apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite. (1974/1989, p. 20-21)

Assim, quando a menina emite “mar”, quando o pai afirma “Tu falas” e quando diz a outros “Ela fala”, não há somente a compreensão de seu discurso, mas o reconhecimento de que a menina está falando a sua língua materna e apropriando-se de um conjunto de dados que o discurso, expresso na palavra “mar”, traduz. Com efeito, “mar” não

somente funda a menina em sua língua como também a situa em uma sociedade com sua cultura litorânea. E por aí vemos enredar-se discurso, subjetividade, identidade e sociedade/cultura.

No entanto, é interessante pensar que, como afirma Benveniste (1966/1995, p. 286), também em *Da subjetividade na linguagem*, “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste”. Embora se dedique a mostrar esse contraste por meio da polaridade dos pronomes, adverte: “Vemos aí um princípio cujas consequências é preciso explorar em todas as direções.” (1966/1995, p. 286). Se concebermos o par *eu/tu* como elementos que nos inspiram a irmos para outras direções, vemos neles relações de semelhança, ambos são pessoas do discurso, e relações de diferença: “eu” é pessoa subjetiva e transcendente a “tu”. Pela noção de inversibilidade de pessoa, chegamos à semelhança; pela noção de transcendência da pessoa subjetiva, chegamos à diferença. Por esse viés, a identidade pode ser pensada pelas relações de semelhança e de diferença. No caso da menina sem palavra, para ser identificada como pessoa de discurso, precisava ter seu discurso compreendido e reconhecido pelo outro como pertencente à língua, um dos aspectos de sua identidade; de outro, pelo fato de ter dito “mar”, singularizou-se em seu discurso, ao tomar essa forma da língua, e não outra, como sua para se enunciar. O fato de ter dito “mar” tem suas consequências. Assim, semelhança e diferença parecem constituir, para usar um termo saussuriano, o *valor* (CLG, 1916/2000) da identidade, que não pode ser compreendida fora do sistema de significação. Esse sistema de significação não pode ser concebido fora do discurso, pois é nele que as formas adquirem sentido e é ele que permite que cada um possa mudar a sua relação com a língua. É *no* e *pelo* discurso que a identidade da menina passa por mudanças – da menina sem palavras para a menina com palavra – em uma relação intersubjetiva com o outro.

Da produção de uma noção de *identidade* constituída a partir do discurso passamos à noção de *memória* a ser desenvolvida na próxima seção.

O acontecimento humano na linguagem: historicidade e memória

É no simbólico da língua que Benveniste ancora o poder de significação. Sem que possamos esclarecer profundamente tais questões, podemos pensar que a linguagem, desde que instalada no homem, identifica-o como humano, cuja vida excede os dados da experiência, uma vez que eles só entram em consideração pela capacidade humana de apreensão simbólica, subsidiária das funções conceptuais. É em Benveniste que encontramos novamente apoio:

Na verdade o homem não foi criado duas vezes, uma vez sem linguagem, e uma vez com linguagem. A ascensão de Homo na série animal pode haver sido favorecida pela sua estrutura corporal ou pela sua organização nervosa; deve-se antes de tudo à sua **faculdade de representação simbólica**, fonte comum do pensamento, da linguagem e da sociedade. Essa capacidade simbólica está na base das funções conceptuais. (1966/1995, p. 29, grifos nossos).

Considerar o sentido no discurso como resultado do agenciamento relacionado à apropriação da língua em uma instância enunciativa sempre renovada em um *eu-tu-aqui-agora* é considerar o imprevisível de cada enunciação e também a possibilidade de apreensão de sentido da língua em relação à sociedade com a sua cultura, visto ser através da língua em emprego que o homem manifesta o simbolismo cultural em que se encontra imerso, e isso possibilita a Benveniste (1974/1989, p.24) defender que a língua se constitui como “um mecanismo de significação”. É por meio dela que se enlaça o sistema cultural com o seu próprio sistema, pois, para o autor, “há como uma semântica que atravessa todos esses elementos de cultura e que os organiza.” (Benveniste, 1974/1989, p. 25). Por isso, afirma: “tudo que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistema de valores. Da articulação entre valores. (...) Esses valores são os que se imprimem na língua”. (Benveniste, 1974/1989, p. 22). Se pensarmos que há valores culturais impressos na língua, ao dela se apropriar para convertê-la em discurs-

so, o locutor carrega para esse discurso tais valores culturais. Na integração homem-locutor/linguagem-língua/sociedade-cultura implicada no ato de enunciação, encontra-se a significação como fundamento da passagem de não falante a falante, visto, antes de qualquer coisa, a linguagem significar. A significação atribuída pela criança e pelo outro de suas interlocuções à experiência humana inscrita na linguagem, nas relações enunciativas, é condição para ela se historicizar em sua língua materna. Trata-se do “viver” instanciado pela “inserção do discurso no mundo” (Benveniste, 1974/1989, p. 85).

A cada produção de discurso nos instauramos novamente na língua na medida em que a cada instante atribuímos sentido ao que produzimos e ouvimos/lemos, o que afasta a possibilidade de se encontrar uma “experiência originária”, fora da linguagem. Logo, é essa experiência humana inscrita na linguagem que nos possibilita fazer renascer, a cada ato de enunciação, a experiência de estar na língua, que se reatualiza pela articulação do *semiótico* (mundo do signo e da língua) e do *semântico* (mundo da palavra e do discurso), sendo possível, por essa reatualização, historicizar-se na linguagem, ou seja, constituir *memória*. Como nos lembra Agamben (2008, p. 68, grifos do autor): “o humano propriamente nada mais é que esta passagem da pura língua ao discurso; porém este trânsito, este instante, é a história.” É uma história que existe somente na instanciação do discurso e inscreve o sujeito nesse acontecimento. De uma enunciação a outra, o sujeito, que é de linguagem, constitui-se de novo. Aqui reside, para Derrida (2006), o princípio de *reinvenção*, que comporta a historicidade da linguagem e do sujeito, porque a repetição não se produz de modo idêntico. Sentidos singulares, instanciados no discurso, deixam os vestígios, na linguagem, do homem. Nesse caráter histórico, o locutor instancia-se como sujeito na linguagem ao reorganizar suas emissões para significar sempre de modo *novo*.

Por isso, Benveniste, ao defender que é um homem falando com outro homem que encontramos no mundo, também sustenta outros argumentos: de que “o homem não nasce na natureza, mas na cultu-

ra” (Benveniste, 1974/1989, p. 23) e de que “[..] É no discurso (...) que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem.” (Benveniste, 1966/1995, p. 140). Por aí vemos o papel do discurso na construção da identidade, construção possível por relações de semelhança e de diferença. E por aí talvez possamos pensar que é na historicidade da língua-discurso, e não da língua sistema, que cada um pode constituir uma história de enunciações, que podemos aproximar aqui à memória. Para esse deslocamento, recorro novamente a Benveniste nas reflexões que propõe em dois textos: *A linguagem e a experiência humana* e *Estrutura da língua e da sociedade*.

É na produção do discurso que cada um pode viver a experiência subjetiva de se situar *na* e *pela* linguagem, porque cada produção de discurso, ainda que contenha repetições, é cada vez um ato novo porque realiza a cada vez a inserção do locutor num novo tempo e numa textura diferente de circunstâncias. E é no tempo linguístico que Benveniste situa uma das condições de intersubjetividade, pois o tempo físico do mundo é contínuo e segmentável à vontade de cada um. Do tempo físico ao seu correlato psíquico, ainda apresenta o tempo crônico, que é o tempo dos acontecimentos, que engloba a nossa própria vida enquanto sequência de acontecimentos. Nosso tempo vivido corre sem fim e sem retorno, é esta experiência comum. Não reencontramos jamais nossa infância, nem o ontem, nem o instante que acaba de passar. Por isso, Benveniste deixa claro que a noção de acontecimento é essencial. É no tempo crônico que os acontecimentos se dispõem em blocos distintos. No entanto, os acontecimentos não são o tempo, mas estão no tempo, com as condições estativa (nascimento de Cristo), diretiva (antes e depois) e mensurativa (intervalos em minutos, hora, dias, meses...). O tempo crônico fixado num calendário, lugar onde se alojam os acontecimentos, é estranho ao tempo vivido. Por isso, argumenta que a experiência humana no tempo somente pode ser manifesta pela língua em emprego.

É no discurso que a experiência humana da menina com os outros se manifesta em sua condição estativa (o momento em que falou “mar”), diretiva (antes de palavrear e depois de palavrear) e mensu-

rativa (“nesse repente”). Eis o tempo linguístico, ligado ao exercício da fala e que se organiza como função do discurso. O presente, reinventado a cada vez que alguém fala, é um momento novo, ainda não vivido e é por esse tempo que se engendram passado e futuro. É na relação tempo-acontecimento vivido que podemos pensar a memória por esse viés antropológico-enunciativo, pois a retrospectiva para Benveniste (1974/1989, p. 75) envolve “o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória”. De fato, a palavra “mar”, enunciada pela menina ainda que não traga uma marca temporal, situa seu discurso no presente e, ao mesmo tempo, evoca uma relação com o acontecimento vivido “A menina beijou a lágrima. Gostoseou aquela água salgada e disse: Mar.” E também o pai procura um acontecimento passado para ancorar a enunciação presente. É o tempo funcionando como fator de intersubjetividade e tornando possível a comunicação linguística para inscrever a experiência humana inscrita na linguagem, uma experiência que produz história e memória na linguagem.

Essa reflexão está vinculada também à condição humana de simbolizar inscrita na linguagem, já que aquele que se apropria da língua faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a experiência do acontecimento, e aquele que ouve/lê apreende o discurso para recriar o acontecimento, num movimento de recriação de realidades por meio de discursos. E por aí vemos indivíduo e sociedade como termos complementares, que se determinam mutuamente. E a memória inscrita nesse movimento de acontecimentos recriados pelos discursos nas diferentes relações intersubjetivas. Por isso, com Benveniste, pensamos que “cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça. Nenhum poder se igualará jamais a esse...” (1966/1995, p. 31). É o símbolo que assegura o elo vivo entre homem, língua e cultura. Diria que é o simbólico da linguagem, atualizado na propriedade de significar das línguas, que permite o discurso e, por ele, a constituição da memória e da identidade. É o que atestamos nos discursos de alunos, em aula de Leitura e produção de textos da Universidade, reflexão a ser compreendida na seção seguinte.

A (re)invenção de *discursos* na busca de identidade e o lugar da *memória* na história de enunciações de alunos na Universidade

O viver na linguagem também pode ser pensado em fatos enunciativos de sala de aula. Trago alguns exemplos da experiência de significação de alunos na linguagem, que têm a necessidade de referir para outros na instância escolar/acadêmica, na busca de passagem de locutores a sujeitos nos atos de escrita e de leitura, para, nessa passagem, atestarem suas autorias e identidades profissionais, caso de alunos universitários.

Essa busca envolve o apropriar-se da língua como um sistema articulado de unidades na forma e no sentido, com valores culturais impressos nessas unidades. Tais valores comparecem no discurso e traduzem a experiência humana no funcionamento simbólico da linguagem, que abarca simultaneamente a significância dos signos e a significância dos discursos. Os fatos enunciativos a seguir ilustram a percepção dessa dualidade da língua em emprego que constitui a comunicação intersubjetiva por alunos universitários.

Fato enunciativo 1 -aluno universitário em sua entrada na Universidade¹

“Quando eu escrevo uma redação, não consigo me enxergar nela, mas, em conversas virtuais, quando coloco alguém para escrever em meu lugar, meus amigos sabem se sou eu quem está escrevendo.” (PAG-Leitura e produção de textos em Língua Portuguesa, 2010).

Fonte: JUCHEM, Aline. *Por uma concepção enunciativa da escrita e re-escrita de textos em sala de aula: os horizontes de um hífen*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2012.

¹ Os discursos de alunos universitários analisados são oriundos do Programa de Apoio à Graduação (PAG) – Projeto Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa, que consiste em oferecer aos alunos de graduação, através de oficinas de leitura e produção de textos, a busca de qualificação do desempenho no uso da Língua Portuguesa, principalmente escrita.

Fato enunciativo 2 - aluno universitário com vivência na Universidade

“Preciso aprimorar minha capacidade de uso da língua para explicar a outros as pinturas em uma exposição.” (aluno do curso de Artes Plásticas, participante do PAG- Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa)

Fonte: PAG-Leitura e produção de textos em Língua Portuguesa, semestre 2015-2.

No fato enunciativo 1 – de entrada do aluno na Universidade –, há uma queixa que está na busca de um uso da língua como prática significativa para a vida, pois a falta de reconhecimento de si como autor de sua escrita está relacionada à falta de interlocutor que o identifique como tal. Por isso, procura um interlocutor que se apresente em sua escrita, um locutor-leitor. O não enxergar do aluno vincula-se ao fato de não se sentir responsável por sua escrita, enquanto se identifica como autor de seu discurso nas conversas virtuais. Voltamos novamente à ideia de que a consciência de si mesmo ocorre se experienciada por contraste com o outro. E novamente à ideia de identidade constituída em uma relação de semelhança e diferença eu-outro.

No fato enunciativo 2 – do aluno com vivência na Universidade-, vemos uma busca de apreensão da língua como interpretante de outro sistema (pintura) para comunicar uma ideia para o outro e possibilitar que seu ato de escrita seja correferido por meio do ato de leitura. Tem-se aqui uma busca pela constituição de uma identidade profissional, em que o outro passa a ser o produtor de sentidos da ideia que aquela profissão carrega, por meio do discurso daquele profissional.

O locutor, ao se declarar como artista plástica, ancora seu discurso na sua cultura profissional (memória) e busca implantar o outro como um alocutário de outro campo, que, pela relação de diferença eu-outro, poderá levá-lo a ter consciência de si como artista plástica, por meio de um discurso que interprete o sistema da pintura. Novamente, vemos a importância da dupla natureza, individual e social, da língua como relacionada às dimensões intersubjetiva e referencial dos discursos para produzir um efeito de identidade em uma memória, que é da ordem da cultura.

Da aquisição da criança ao ensino-aprendizagem de língua materna do fundamental à Universidade está implicada a instauração do homem nos sentidos sociais da língua em uso nas distintas situações. E as “queixas” e as “buscas” dos alunos universitários são reveladoras do continuum da aquisição e da importância que concedem ao interlocutor para continuarem inventando sua própria língua nos atos de sua conversão em discursos (atos de falar-ouvir/escrever-ler) para viverem experiências no funcionamento simbólico da linguagem.

A inserção do discurso no mundo implica um duplo movimento: a inclusão do locutor em seu discurso e a inserção em uma determinada sociedade. Por meio da exploração desse duplo funcionamento do discurso, podemos pensar, com Benveniste, que

Aqui aparece uma nova configuração da língua (...): é a inclusão do falante em seu discurso, a consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação. (Benveniste, 1974/1989, p. 101)

Para que o aluno ressignifique, em apropriações individuais e singulares da língua – seja falada, seja escrita –, a sua relação com a linguagem e se funde no aparato simbólico de sua língua nas diferentes instâncias de passagem do mundo do signo ao mundo do discurso nas diferentes situações, é fundamental a existência de outro que lhe conceda um lugar de enunciação, convocando-o a se enunciar, como vemos nos fatos enunciativos do ato de aquisição da linguagem da menina do conto de Mia Couto e nas “necessidades” dos alunos universitários.

Nesse caso, é imprescindível, em sala de aula, considerarmos a história do aluno na linguagem, que carrega uma *memória* dos “modos de enunciação” em sua língua materna, inscritos em cada instância de discurso. A “escuta” atenta e atuante do professor, ao significar as falas dos alunos em sala de aula, ganha importância como o *elo* que possibilita criar atividades de produção escrita e de leitura de textos com a constituição de contextos que os convoquem a colocar a língua em emprego e que os levem a ocupar lugares de enunciação, sempre únicos e renovados para continuarem suas histórias de enun-

ciação na linguagem, ou seja, para continuarem constituindo a sua língua-discurso na memória ao mesmo tempo em que são constituídos pela língua-discurso do espaço social onde enunciam, por meio de atos enunciativos de oralidade, de escuta, de escrita e de leitura. Ao se instaurarem em lugares sempre novos ressignificarão seus lugares de locutores no discurso e, por consequência, suas identidades nesses discursos. Trata-se do papel da língua no interior da sociedade, “uma vez que esta língua é expressão de certos grupos profissionais especializados (...). Ao distinguir (...) os diferentes tipos de relações que unem a língua e a sociedade (...) recorreremos sobretudo ao mecanismo que permite à língua tornar-se o denominador, o interpretante das funções e das estruturas sociais.” (Benveniste, 1974/1989, p. 102).

É vivendo sua experiência na linguagem com outros, na prática social, por meio de atos de enunciação – falado, ouvido, escrito e lido – que o homem pode descobrir-se e se reinventar durante toda a vida. Trata-se, em sala de aula, de atividades que busquem significar os diferentes atos de enunciação dos alunos ligados às distintas atividades humanas, condição para cada um revelar sua identidade ao atribuir forma, sentido e conteúdo às suas atividades ao ser constituído por outro(s) ao mesmo tempo em que constitui outro(s) *na e pela* linguagem.

Para finalizar: o viver na linguagem

É por meio do duplo sistema relacional da língua (intersubjetivo e referencial) que se tem, de um lado, a estrutura da alocação inter-humana e, de outro, a possibilidade de discurso sobre o mundo, sobre o que não é alocação. Com base nesse duplo sistema relacional, o homem pode fundar-se na dupla natureza de sua língua, individual e social. E é por aí que talvez possamos pensar *identidade e memória* em uma Antropologia da Enunciação, pois é na relação eu-outro/índivíduo e sociedade que se pode pensar a condição humana na linguagem, que é uma condição histórica, já que “não é a história que dá vida à linguagem, mas é a linguagem que, por sua necessidade, sua permanência, constitui a história”. (Benveniste, 1974/1989, p. 32). E é nessa história na linguagem, atualizada em língua-discurso, que situamos

a *memória* e a *identidade* dos falantes de uma língua e a *identidade* e a *memória* de cada falante em sua língua-discurso.

A passagem da criança da condição de não falante (de quem não palavreia) à de falante de uma língua (a que palavreia com sentido reconhecido pelos outros, conforme a menina do conto de Mia Couto) é uma experiência única e registra uma especificidade humana, a capacidade simbólica, que possibilita a atribuição de sentidos no discurso. A significação encontra seu lugar no exercício do discurso, espaço onde o homem pode experimentar-se vivendo na linguagem. Esse *viver* na linguagem é o que possibilita a constituição de *memórias* e *identidades*. Com as palavras de Valter Hugo Mãe (2011, p 188), termino este texto: “Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós”.

Referências

- AGAMBEN, G. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- BENVENISTE, E. (1966). *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- _____. (1974). *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- COUTO, M. A menina sem palavra. In: _____. *Contos do nascer da Terra*, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.p. 90-94.
- DESSONS, G. *Émile Benveniste: l'inventions du discours*. Éditions in Press: Paris, 2006.
- DUFOUR, D. *Mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- FLORES, V. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- JUCHEM, A. *Por uma concepção enunciativa da escrita e re-escrita de textos em sala de aula: os horizontes de um hífen*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2012.
- MÃE, V. H. *O filho de mil homens*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- TEIXEIRA, M. O ato enunciativo e a instauração da experiência de trabalho de profissionais de enfermagem. *Moara*, n. 38, p. 37-53, jul./dez. 2012.